

A PETROBRÁS E A INFLAÇÃO BRASILEIRA

A constante queda do dólar deveria causar um processo anti-inflacionário semelhante ao ocorrido no Plano Real I. Naquela ocasião, pelo efeito da importação de produtos com vantagens comparativas frente aos nacionais e por conta do artifício cambial, os produtores nacionais, para manter a competitividade tiveram de congelar seus preços comprimindo a lucratividade em benefício de sua permanência no mercado. Nos dias atuais, com a constante sobrevalorização do real, o mesmo fenômeno deveria estar ocorrendo. Por que isto não está ocorrendo? Se formos observar a política monetária do governo Lula, esta no seu primeiro período, descreveu em economia aquilo que José Dirceu intitulou de “cavalo de pau”. Os juros estabelecidos pelo COPOM, em 19.02.2003, estavam em 26,5% ao ano. O depósito compulsório dos bancos ao Banco Central, foi aumentado de 45% para 60%. Ora este enxugamento teve ainda a adição da diminuição da base monetária na ordem de mais ou menos 25%. Este fator endógeno conjugado com o fator exógeno da queda do dólar, potencializa a valorização do real, sendo que, para descompressão do sistema, o COPOM foi paulatinamente baixando a taxa Selic, que hoje, está em 11,25%. Reduziu da mesma forma o depósito compulsório voltando aos patamares anteriores. Também, gradativamente, o Banco Central foi fazendo uma expansão do meio circulante na ordem de que se em 10.03.2003, tínhamos uma circulação da base monetária de 40,414 bilhões, hoje, em 10.03.2008 estamos atuando numa faixa de 92,559 bilhões. Estes fatores, cuja sintonia fina deveria ser conjugada com o câmbio do dólar, como medida de compensação, feita de forma exagerada e sem a devida proporção, levam a uma inflação de demanda que é o que estamos vivenciando. Esta inflação de demanda é ainda potencializada pela falta de ajustamento do valor dos sub-produtos do petróleo. A Petrobrás, desde setembro de 2005, não repassa para os consumidores o custo internacional do petróleo. O governo argumenta que isto agravaria o processo inflacionário. Ora, a inflação de custo, por contingência de escassez no mercado é índice, que posteriormente disseminado, ocasiona fatalmente a retenção da inflação de demanda, mais grave para a economia. No entanto o governo, em época pré-eleitoral, protela medida necessária para preservar o patrimônio da Petrobrás e da economia como um todo, pois em troca e em busca do voto busca preservar seu poder em detrimento do bem público.

PROF. SÉRGIO BORJA – Professor de Ciência Política na PUC/RS